

**QUEM SÃO OS JOVENS ‘NEM NEM’
NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**

*WHO ARE YOUNG PEOPLE ‘NEET’
IN THE METROPOLITAN REGION OF FORTALEZA*

Antonia Jaine da Silva Pereira¹

Silvana Nunes de Queiroz²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo traçar o perfil sociodemográfico dos jovens ‘nem nem’ que residem na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), além de estimar qual a probabilidade de estarem nessa condição. Os microdados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua 2019 são a principal fonte de informações. Quanto aos resultados, as características mais marcantes da população estudada, que tem de 15 a 29 anos, são a predominância de mulheres, da raça/cor parda, com ensino médio completo ou superior incompleto, morando com os pais e em domicílios com rendimento de até meio salário mínimo. O modelo *probit* mostrou que somente a escolaridade afeta negativamente a probabilidade de estar nessa condição, enquanto as demais variáveis têm efeito ‘positivo’, por aumentarem a chance de ser ‘nem nem’, com destaque para o rendimento familiar per capita abaixo de meio salário mínimo, variável explicativa com maior impacto, reafirmando a vulnerabilidade financeira dos jovens que estão em tal condição.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Jovem, Nem Nem, Região Metropolitana de Fortaleza.

Classificação JEL: J38; B55; J13

ABSTRACT

This study aims to outline the socio-demographic profile of young people ‘neet’, who live in the Metropolitan Region of Fortaleza (RMF), in addition to estimating what the probability of being in this condition. Microdata from PNAD 2015 and PNAD Continuous 2019 are the main source of information. As for the results, the most striking characteristics of the population in study, who is from 15 to 29 years old, is the predominance of women, of mixed race/color, with complete high school or incomplete higher education, lives with their parents and in households with income up to half minimum wage. The probit model showed that only schooling negatively affects the probability of being in this condition, while the other variables have a ‘positive’ effect, by increasing the chance of being ‘neet’, with emphasis on per capita family income below half the minimum wage, explanatory variable with the greatest impact, reaffirming the financial vulnerability of young people who are in such condition.

Keywords: Education, Job, Young, Neet, Metropolitan Region of Fortaleza.

JEL Classification: J38; B55; J13

¹ Mestra em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Demografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN). E-mail: jainerodrigues22@yahoo.com

² Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora adjunta no Departamento de Economia e permanente no Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) na Universidade Regional do Cariri (URCA). Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Demografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN). E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Assistiu-se, nos últimos anos, o significativo crescimento do contingente absoluto e relativo de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham. Tal tendência tem preocupado os formuladores de políticas públicas e despertado o interesse de pesquisadores, pois não é um fenômeno recente e nem se restringe ao Brasil. Com isso, o tema passou a ganhar atenção entre os estudiosos, tornando-se pauta de pesquisa a partir dos anos 2000, pelos quais tais jovens passaram a ser denominados ‘nem nem’ (nem estuda, nem trabalha).

Trata-se de um tema que se tornou foco de discussões voltadas, notadamente, para o jovem ‘nem nem’ no Brasil (CAMARANO et al., 2006; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013; COSTA; ULYSSEA, 2014). Apesar da importância da temática, até o momento não se conhecem estudos específicos sobre essa população no estado do Ceará.

Diante do exposto, este estudo pretende preencher essa lacuna, ao traçar o perfil sociodemográfico dos jovens ‘nem nem’ residentes na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Além disso, será exposta uma descrição dos investimentos públicos realizados em educação e programas para obtenção de primeiro emprego no Ceará, a partir dos anos 2000.

Além da contribuição científica para a discussão do tema, este estudo pode interessar aos formuladores de políticas públicas, ao mostrar quem são os jovens ‘nem nem’ residentes na RMF e nortear a atuação do governo em pontos como o combate à evasão escolar e ao desemprego, ou ainda o auxílio para a saída da condição de ‘nem nem’.

Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizados, como principal fonte de dados, os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), especificamente a PNAD de 2015 e a PNAD Contínua de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tabulação dos dados procedeu com o software estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Science*), que permitiu a obtenção das informações para as estatísticas descritivas, e, através do software STATA, foi possível a construção do modelo probit.

No tocante à organização do trabalho, além desta introdução, conta com mais cinco seções. A segunda faz uma breve descrição dos investimentos públicos em educação a partir dos anos 2000, considerando as ações realizadas no Ceará. Já a terceira seção descreve os programas para obtenção do primeiro emprego efetuados pelo governo cearense. Por sua vez, a quarta seção apresenta os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos propostos. Na quinta seção são apresentados e analisados os dados acerca do perfil sociodemográfico do jovem ‘nem nem’ na RMF; enquanto a sexta seção destaca as considerações finais do estudo.

2. INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO NO CEARÁ

O Ceará, estado onde se localiza a RMF, tem buscado melhorias na educação através de diversos programas e investimentos, tornando esse tema sempre presente na agenda do governo (COELHO, 2013). A partir de meados dos anos 2000 foram implementados inúmeros projetos, programas, prêmios e ações com foco na juventude cearense. Entre os programas voltados para o ensino, destaca-se o Projeto Jovem de Futuro (criado em 2011, durante o segundo governo de Cid Ferreira Gomes do Partido Socialista Brasileiro – PSB, e finalizado no ano de 2022, no segundo governo de Camilo Santana do Partido dos Trabalhadores – PT), desenvolvido através de uma parceria entre a Secretaria de Educação do Ceará e o Instituto Unibanco, que oferece apoio técnico e financeiro às escolas participantes para o melhoramento do seu desempenho. O projeto envolve escolas de ensino médio, que recebem, durante um período de três anos, capacitação e assessoria técnica, além de financiamento para a execução de planos

estratégicos para melhorar seu desempenho. Desse modo, figura como proposta a mobilização de todos, sejam alunos, professores ou famílias, em torno de metas pactuadas para atender a um objetivo comum, que é a garantia da entrada, permanência com bom desempenho e término do ensino médio (CEARÁ, 2021c).

Além desse, há ainda os programas que incentivam a continuação dos estudos, como o Projeto Rumo à Universidade (de 2008 até 2014, nos governos de Cid Ferreira Gomes) e o Enem Chego Junto, Chego Bem (de 2012, no segundo governo de Cid Ferreira Gomes, até atualmente – ano de 2022). Ou, ainda, a formação profissional, como ocorre nas Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEP). O Projeto Rumo à Universidade é basicamente uma preparação, buscando ampliar as oportunidades de acesso às universidades públicas, através da disponibilização de materiais didáticos, do auxílio em programas de estudo etc (CEARÁ, 2021d). O Enem Chego Junto, Chego Bem parte, também, da premissa do suporte para o ingresso no ensino superior, especificamente a preparação dos estudantes para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas com seu desenvolvendo passou a abranger a organização de transporte, hospedagem e alimentação, além das atividades pedagógicas (CEARÁ, 2021b).

Já as Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEP) começaram a ser instituídas no Ceará a partir de 2008 (primeiro governo de Cid Ferreira Gomes) e somaram, no ano de 2020 (segundo governo de Camilo Santana), 122 em todo o estado. Essas escolas foram criadas com o intuito de diminuir as desigualdades sociais por meio da educação, nesse caso via ampliação das oportunidades educacionais para os jovens (CEARÁ, 2021a). Para isso, as EEEP funcionam em tempo integral e integram cursos técnicos profissionalizantes ao ensino médio, ampliando as perspectivas do jovem cearense ao articular os direitos à educação e ao trabalho. Os recursos utilizados para a implantação da rede de ensino profissional provêm do Governo do Estado do Ceará e do apoio do Governo Federal, por meio do Programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2007 (VIDAL, 2015; CEARÁ, 2021a).

Após o ensino médio, a educação superior é a fase em que se encontra boa parte dos jovens ‘nem nem’ estudados neste artigo, tendo interrompido ou já concluído a graduação. Com relação a este nível de ensino, podem ser elencadas várias ações do estado quanto ao seu surgimento e distribuição de vagas.

De início, cabe destacar que a criação de cursos de graduação no Ceará se iniciou tardiamente, em relação a outros estados, e prosseguiu de forma lenta, dado que sua primeira universidade (Universidade Federal do Ceará – UFC) surge já na segunda metade do século XX, porquanto em outras UF’s foram criadas no século XIX. Quanto à iniciativa privada, “em meio à expansão universitária ocorrida após a reforma universitária de 1968, apenas duas instituições particulares foram criadas nesse período na capital cearense, ambas em 1971: a Faculdade de Filosofia de Fortaleza e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR)” (SULIANO, 2013, p. 43).

Já as primeiras indicações de interiorização do ensino superior no estado foram observadas em 1960, quando foi criada a Faculdade de Filosofia do Crato. Nesse contexto, destacam-se ainda a instalação da Faculdade Filosofia Dom José em Sobral, em 1961, e a criação da Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte, seis anos depois (SULIANO, 2013, p. 43).

Quanto às universidades estaduais, em 1968, por iniciativa do governo municipal de Sobral, é criada a Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), tornada autarquia pelo Poder Executivo Estadual em 1984, e, posteriormente, fundação em 1993. Em seguida é criada, pela Lei Estadual nº. 11.191 de 1986, a Universidade Regional do Cariri (URCA), até então Faculdade de Filosofia do Crato, oficialmente instalada no ano seguinte à promulgação da lei. Outra universidade estadual desse período é a Universidade Estadual do Ceará (UECE) (1975),

cuja atuação através de sua rede multicampi foi de grande importância para ampliação do acesso ao ensino superior no Ceará (SULIANO, 2013). No ano de 2020, a UECE possui unidades de ensino atuando nos municípios de Itapipoca, Fortaleza, Guaiuba, Pacotí, Crateús, Quixadá, Limoeiro do Norte, Tauá e Iguatu, que se voltam principalmente para a formação docente (UECE, 2020).

A despeito da contribuição da UECE, a instituição que teve protagonismo no referido processo de interiorização foi a UFC, principalmente a partir de 2006. Nesse ano, após a aprovação de sua participação no Programa de Expansão do Sistema Federal de Educação Superior, foram criados mais dois campi para a Universidade, no Cariri e em Sobral, e no ano seguinte foi instalado um terceiro campus, desta vez em Quixadá (SULIANO, 2013). Ao desmembrar-se da UFC, em 2013 (Lei 12.826, de 5 de junho de 2013), o campus do Cariri tornou-se Universidade Federal do Cariri (UFCA), criando a possibilidade de ampliação de vagas para graduandos na região. Sediada em Juazeiro do Norte, a UFCA estende-se a outros quatro campi, localizados nos municípios de Barbalha, Crato, Brejo Santo e Icó (UFCA, 2020).

Destaca-se, por fim, que toda atuação do Estado teve como objetivo principal expandir o ensino superior por meio da descentralização regional das universidades públicas. Porém, tal expansão realizou-se de modo que também tornasse possível “o desenvolvimento das regiões que apresentassem considerável potencial para a criação de polos socioeconômicos”, reconhecendo o papel da educação nesse processo (SULIANO, 2013, p. 53).

3. PROGRAMAS PARA O PRIMEIRO EMPREGO NO CEARÁ

Considerando a condição ‘nem trabalha’ dos jovens ‘nem nem’, esta seção se dedica a descrição dos programas para obtenção do primeiro emprego, desenvolvidos pelo Governo do Estado do Ceará, com foco na juventude. Nesse estado, as principais iniciativas com vistas à resolução dessa questão social são o Projeto Primeiro Passo (2007) e o Programa E-Jovem (2007).

Ressalta-se a existência de outros programas, como o Juventude Cidadã (2008) e o Juventude Empreendedora (2008), linhas de ação específicas para alguns municípios (INESP, 2008), bem como o Criando Oportunidades (2008), que inclui jovens a partir de 16 anos que buscam o primeiro emprego, mas tem como público prioritário as mulheres chefes de família cadastradas no CadÚnico (APRECE, 2021). No entanto, essas iniciativas se destinam ao mesmo fim, e têm a mesma linha de ação, do Projeto Primeiro Passo, ao objetivar primordialmente a preparação e capacitação do jovem cearense para tornar possível sua inserção no mercado de trabalho (SILVA, 2009; INESP, 2008).

O Projeto Primeiro Passo é uma ação de destaque do governo do Estado direcionada à juventude cearense (SILVA; OLIVEIRA, 2014). Foi criado em 2007, durante o governo Cid Gomes, por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), tendo como entidade executora o Grupo de Apoio ao Investidor Social (GAIS) (GALVÃO, 2016).

São vários os seus objetivos específicos, que incluem, de modo geral, a criação de oportunidades voltadas à cidadania, inclusão social e profissional, ao promover aprendizado prático e experiências que possibilitam o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens atendidos (SILVA, 2009).

Quanto ao funcionamento, este se dá através de três modalidades distintas: Jovem Aprendiz, Jovem Estagiário e Jovem Bolsista. De modo geral, podem participar jovens de comunidades vulneráveis; com idade entre 16 e 24 anos; que estejam cursando, em escola pública, o ensino fundamental II, educação especial, ensino médio ou que tenham concluído

o ensino básico; e cuja renda familiar per capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo. A participação do jovem em uma das modalidades será determinada tendo em vista sua idade, escolaridade e, ainda, observando os requisitos específicos de cada linha de ação do programa (SILVA, 2009).

Por meio do Programa Jovem Aprendiz, o jovem com idade entre 16 e 24 anos, cursando o ensino médio, pode estagiar em empresas públicas ou privadas por um período de até 12 meses. Na função de Jovem Bolsista, os adolescentes e jovens de 16 a 21 anos que cursam o ensino fundamental ou médio têm acesso a ações de capacitação profissional e social com duração de 6 meses. Já o Jovem Estagiário destina-se a jovens alunos do ensino médio, entre 16 e 21 anos, com conhecimentos básicos em informática, levando-os a estagiar em empresas públicas ou privadas, durante 12 meses (INESP, 2008; SILVA, 2009).

Os recursos para o financiamento do projeto advêm do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), “tendo no período de 2007-2014, ocorrido investimentos na ordem de R\$ 58.175.031,25, e sido beneficiado em torno de 48 mil jovens”, nas três linhas de ação (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 40).

Segundo Silva (2009, p. 84), esse é um dos projetos inovadores do governo cearense na área das políticas para a juventude, havendo, contudo, a necessidade de saber “se a capacitação oferecida e a prática profissional são, de fato, capazes de reduzir o desemprego juvenil, ou se a força de trabalho dos jovens é utilizada apenas como mão-de-obra barata para a substituição de profissionais adultos”. Os resultados de sua avaliação mostram que o programa conseguiu proporcionar ganhos sociais aos jovens participantes.

O E-Jovem, implantado também em 2007, compartilha a preocupação com a transição entre a escola e o mundo do trabalho, mas age por meio da oferta de cursos técnicos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), utilizando-se de um ambiente virtual de aprendizagem. A iniciativa é do Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Educação, e objetiva oferecer formação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aos educandos do ensino fundamental, médio e egressos da rede pública estadual, com ênfase no protagonismo juvenil. Tem como objetivos específicos: a universalização da cultura digital, a qualificação profissional, a inserção no mundo do trabalho e o empreendedorismo social juvenil (TAHIM; SANTOS, 2012; FONTENELE, 2013).

A estratégia do projeto é fazer com que o jovem ou adolescente permaneça na escola e que, ao mesmo tempo, obtenha uma formação mais sólida, que pode facilitar a sua entrada no mundo do trabalho. Para esse aprendizado, é promovida uma formação em que o estudante desenvolve um processo autônomo de aprendizagem, passando a comprometer-se com sua própria formação (TAHIM; SANTOS, 2012) (FONTENELE, 2013).

A SEDUC destaca-se como “idealizadora e responsável por implementar, acompanhar e redirecionar as ações do projeto e integra o grupo gestor e normatizador” (p. 28), mas tem-se também como instituições principais na gestão do E-Jovem: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC). Além dessas, “outras instituições agregam valor ao projeto, com parcerias que incidem no repasse de metodologia e conteúdo específicos e na formação de educadores e instrutores em disciplinas específicas” (FONTENELE, 2013, p. 29).

Pode-se destacar, ainda a respeito do E-Jovem, a importância da temática ‘mercado de trabalho’, tendo em vista que a formação proporcionada pelo projeto se propõe a qualificar os alunos para a atividade laboral e para a responsabilidade social (FONTENELE, 2013).

Apesar dos problemas identificados, a cada ano o projeto cresce, tendo suas metas ampliadas e expandindo-se entre os municípios cearenses. Como ressalta Fontenele (2013, p. 28), “desde a sua criação, o projeto já qualificou mais de 13.000 mil alunos em 180 escolas do estado de 70 municípios, mais de 40% de inserção no mercado de trabalho”. Nesse processo, também cresce o volume de bolsas concedidas. Para atender a esse quantum de estudantes, o investimento foi de aproximadamente 13 milhões de reais, no período de 2008 a 2011.

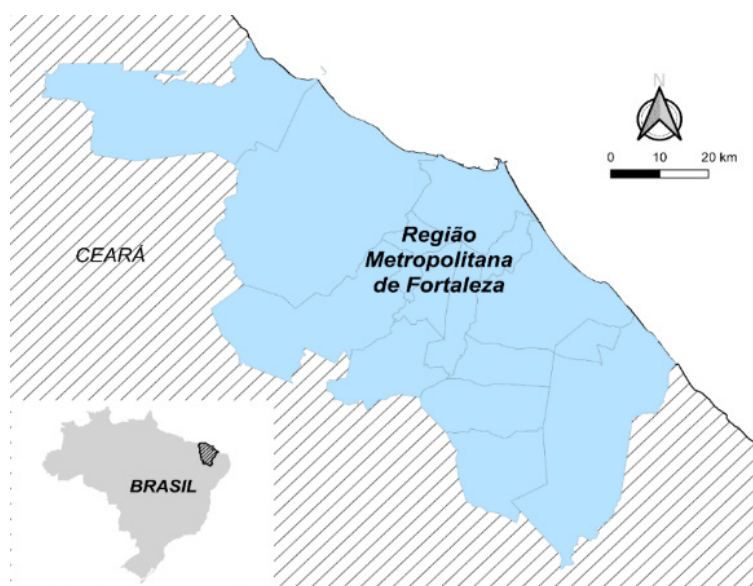
Esta seção mostrou a atuação do Estado do Ceará com vistas à inserção do jovem cearense no mercado de trabalho. Os programas apresentados são relevantes em termos de público atendido, especialmente o Projeto Primeiro Passo, pelo qual já passaram mais de 48 mil jovens. O E-Jovem, apesar de menor, também contribui para amenizar o desemprego nesse grupo, tendo qualificado mais de 13 mil jovens, além de conseguir inserir no mercado de trabalho boa parte dos participantes.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance do principal objetivo deste estudo, esta seção apresenta detalhadamente os procedimentos metodológicos, ao trazer os esclarecimentos sobre a área de estudo, fonte e tratamento dos dados e demais informações utilizadas.

O universo deste estudo contempla os jovens de 15 a 29 anos de idade, que não estudam e não trabalham (conhecidos na literatura como geração “nem nem”), residentes na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF (Figura 1), nos anos de 2015 e de 2019. A RMF foi criada através da Lei Complementar nº. 14 de 8 de junho de 1973, que estabeleceu, ao todo, oito regiões metropolitanas no Brasil. A RMF foi instituída com seis (6) municípios e, no ano de 2015, era composta de 15 municípios (Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante), mas, em 2019, passa a contar com mais quatro municípios (Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu), perfazendo um total de 19. É preciso frisar que para realizar a análise comparativa entre 2015 e 2019, considerou-se a quantidade de municípios integrantes na RMF com base no ano de 2015.

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA RMF



Fonte: Elaborado a partir da malha digital – IBGE (2010).

Embora não haja consenso quanto a definição do grupo etário juvenil, a delimitação entre as idades de 15 a 29 anos está de acordo com a definição do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), sendo adotada em diversos estudos específicos sobre os ‘nem nem’ no Brasil (CAMARANO et al., 2006; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013; COSTA; ULYSSEA, 2014; FIGUEIREDO; ALMEIDA, 2017; IBGE, 2014), bem como em estatísticas que tratam de questões da juventude em organismos internacionais (COSTANZI, 2009; FIGUEIREDO; ALMEIDA, 2017).

Quanto à fonte de dados para a realização deste estudo, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 e a PNAD Contínua de 2019, que permitem a desagregação até as Regiões Metropolitanas. Para o tratamento estatístico dos dados, foi utilizado o software SPSS (Statistical Package for the Social Science) e, para obter os resultados do modelo econométrico, o STATA 13. Em complemento, foi utilizado o programa Excel para a construção de tabelas. Já a confecção do mapa de localização realizou-se com QGis (versão 2.18.12).

Inicialmente, a amostra foi dividida em três categorias de análise: (i) nem-nem (nem estuda e nem trabalha), (ii) somente trabalha e (iii) somente estuda, procurando dar a dimensão/contingente dos jovens que não estudam nem trabalham em relação aos demais grupos.

Quanto ao perfil, as variáveis selecionadas na caracterização demográfica e socioeconômica da população entre 15 e 29 anos, que nem estuda e nem trabalha foram:

- I) Sexo: i) masculino e ii) feminino;
- II) Grupos etários: i) 15 a 19 anos, ii) 20 a 24 anos e iii) 25 a 29 anos;
- III) Raça/cor: i) branca, ii) preta, iii) amarela, iv) parda e v) indígena;
- IV) Nível de instrução: i) sem instrução e fundamental incompleto, ii) fundamental completo e médio incompleto, iii) médio completo e superior incompleto, iv) superior completo;
- V) Mora com a mãe: i) sim e ii) não;
- VI) Rendimento domiciliar per capita em salários mínimos: i) até 1/2, ii) mais de 1/2 até 1, iii) mais de 1 até 2, iv) mais de 2 até 3, v) mais de 3 até 5, vi) mais de 5 até 10 e vii) acima de 10.

Já no modelo econométrico *probit* foi utilizada como variável dependente a *dummy* referente a ser nem nem (1) ou não (0) e, como variáveis explicativas, idade, escolaridade e as *dummies* sobre o sexo (0 para masculino e 1 para feminino) e o rendimento domiciliar per capita (0 para mais de 1/2 SM e 1 para até 1/2 SM). As variáveis faltantes em relação às estatísticas descritivas foram retiradas do modelo por não apresentarem significância estatística.

No intuito de calcular o sentido e o grau de influência das variáveis apresentadas anteriormente sobre a condição do jovem ser ou não ‘nem nem’, foi utilizado o modelo *Probit*. O mesmo método foi utilizado por Figueiredo e Almeida (2017) ao estudar a população ‘nem nem’ no Brasil a partir da PNAD de 2012.

O modelo escolhido baseia-se na utilização de uma variável dependente I_i , determinada por uma ou mais variáveis explanatórias X_i . Através da variável dependente ou índice de utilidade observável, é determinada a decisão da i -ésima observação do modelo, ou seja, quanto maior o valor do índice I_i , maior a probabilidade de uma decisão positiva para a observação. O índice I_i pode ser definido como:

$$I_i = \beta_1 + \beta_2 X_i \quad (1)$$

Tem-se que $Y = 1$ para indivíduos na condição “nem nem” e $Y = 0$ para caso contrário, considerando que o índice I_i possui um nível crítico ou limiar I_i^* , que atua como um limite, tal que se I_i^* for menor ou igual a I_i o indivíduo pertencerá à condição “nem-nem”, e caso contrário não pertencerá, como exposto em (2).

$$Y = \begin{cases} 1, & \text{se } I_i \leq I_i^* \\ 0, & \text{se } I_i > I_i^* \end{cases} \quad (2)$$

Seguindo a premissa de normalidade, a probabilidade de que I_i^* seja menor ou igual a I_i pode ser calculada a partir da função de distribuição ou densidade de probabilidade acumulada (FDA) normal padronizada, expressa em (3).

$$P_i = P(Y = 1|X) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_i) = F(\beta_1 + \beta_2 X_i) \quad (3)$$

em que $P(Y = 1|X)$ é a probabilidade de o indivíduo estar na condição ‘nem nem’ dado um ou mais valores da variável explanatória X , e Z_i é a variável normal padronizada. F é a função de distribuição acumulada normal padrão, que é explicada em (4):

$$F(I_i) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{I_i} e^{-z^2/2} dz \quad (4)$$

$$\frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{\beta_1 + \beta_2 X_i} e^{-z^2/2} dz$$

Diferente dos parâmetros dos modelos de regressão linear comuns que fornecem informações sobre o sentido e a grandeza da influência de uma variável explicativa, os parâmetros do modelo *probit* indicam, de forma imediata, somente o sentido da influência, já que os valores dos parâmetros estimados significam a contribuição individual das variáveis no índice de utilidade que não é observável, mas está relacionado com a probabilidade de o evento ocorrer.

Assim, informações sobre a grandeza da influência somente são obtidas através de cálculos adicionais. Como no modelo *probit* todos os regressores estão relacionados no cálculo da variação da probabilidade, a taxa dessa variação, ou seja, a grandeza da influência, será dada por $\beta_j f(Z_i)$, em que $f(Z_i)$ é a função de densidade da variável normal padrão e $Z_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki}$, isto é, o modelo de regressão utilizado na análise.

Segundo Oliveira (1998), o pseudo- R^2 obtido no modelo *probit*, diferente do R^2 da regressão clássica, não tem interpretação intuitiva imediata, de modo que um valor muito próximo de 1 indicaria mais uma má especificação do que um bom ajustamento. Dessa forma, o comando ‘*estat class*’ foi considerado como elemento de apreciação da qualidade dos resultados estimados, por informar o percentual de acertos do modelo. Tal comando consiste em uma matriz na qual se confrontam as predições do modelo, com a repartição efetiva das observações da amostra entre os dois grupos, associados ao 0 e ao 1. Ao calcular para cada observação uma estimativa da probabilidade de $Y = 1$ (por meio das fórmulas apresentadas anteriormente), é predito que $Y_i = 1$ ou $Y_i = 0$, conforme essa estimativa exceda ou não 0,5. Em seguida, a informação é organizada numa tabela da seguinte forma:

	Y_i predito = 1	Y_i predito = 0	Totais
Y _i observado = 1	A	B	n1
Y _i observado = 0	C	D	n0
Totais	E	F	n

A e D representam os números correspondentes às previsões acertadas do modelo, enquanto B e C quantificam as previsões erradas. Assim, $(A+D)/n$ mostra o percentual de acertos do modelo, ao passo que a proporção de observações erradamente classificadas, $(B+C)/n$, é a taxa aparente de erro.

5. RESULTADOS

5.1 Quantos são?

Esta seção volta-se para análise do perfil do jovem ‘nem nem’ na RMF. A Tabela 1 mostra o volume de jovens que não estudam, não trabalham ou apresentam ambas as características, bem como as suas respectivas proporções no total de jovens na metrópole cearense. Inicialmente, constata-se que a RMF concentrou mais de um milhão (1.021.543) de jovens com idade de 15 a 29 anos em 2015, número que arrefece para quase 940 mil em 2019. Tal resultado é explicado pela diminuição na taxa de fecundidade e, por outro lado, mostra que a população está envelhecendo e/ou a expectativa de vida está aumentando (Tabela 2).

TABELA 1 - VOLUME E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS QUE NEM ESTUDAM E NEM TRABALHAM (‘NEM NEM’) NO TOTAL DE JOVENS DE 15 A 29 ANOS DE IDADE – RMF – 2015 E 2019

Condição do jovem	2015		2019	
	Número de jovens	Part. (%) no total da RM*	Número de jovens	Part. (%) no total da RM*
‘Nem nem’	243.811	23,87	235.854	25,10
Não estudam	657.802	64,39	570.346	60,69
Não trabalham	498.572	48,81	485.704	51,68
Pop. de 15 a 29 anos	1.021.543	-	939.763	-

*Condições/categorias não são excludentes, em razão disso os percentuais não somam 100%.

Fonte: Microdados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua de 2019.

Sobre aqueles que não estudam, em 2015, a metrópole cearense registrou, em termos absolutos (657.802) e relativos (64%), a maioria da sua população jovem nessa condição, taxa que permanece em 2019, diminuindo discretamente para 60,69% (570.346). Isso mostra que a despeito dos investimentos realizados em educação no ensino médio e ensino superior no Ceará, notadamente a partir do segundo quinquênio dos anos 2000, conforme destacado na seção 2, muito precisa ser feito e de maneira contínua, dado que os avanços são paulatinos, sendo também preocupante o número expressivo de jovens na RMF que não estudam.

Quanto aos que não trabalham, no primeiro ano em análise 48,81% estão fora do mercado de trabalho e, no último ano em estudo, essa taxa aumenta para 51,68%. Portanto, entre 2015 e 2019, em termos relativos, cresce o percentual de jovens na RMF que estão sem trabalhar, mesmo com os inúmeros programas criados no Ceará para auxiliar na obtenção do primeiro emprego, conforme elencado e analisados na seção 3 deste artigo. De acordo com Málaga, Oré e Tavera (2014), o desemprego intermitente, a alta taxa de desemprego e a rotatividade no mercado de trabalho juvenil pode levá-los a uma baixa autoestima ou depressão, os desmotivando pela busca de trabalho, no convívio social e na qualificação profissional.

Com relação aos jovens que não estudam e não trabalham ('nem nem'), população alvo deste estudo, entre 2015 e 2019, a participação relativa nessa condição aumenta de 23,87% para 25,10%, sendo um contingente expressivo em condição de vulnerabilidade social e econômica, com forte impacto nas suas vidas e no crescimento e desenvolvimento da RMF, bem como do Ceará e do Brasil. Isso porque, segundo Shirasu e Arraes (2020), apesar da condição 'nem nem' ser temporária para alguns jovens, devido a transição escola-trabalho ou transição para vida adulta, para outros pode ser duradoura e, dessa forma, ter efeitos sobre a sua empregabilidade e rendimentos, piorando ao longo do tempo que permanecem nessa condição.

Na Tabela 2, é possível ver os dados anteriores desagregados segundo os grupos etários de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos. A distribuição entre esses grupos segundo a população total não apresenta grande variação, visto que, em 2015, cabe a cada grupo etário aproximadamente um terço do total de jovens e, em 2019, essa taxa oscila entre 31% e 35%, sendo que no grupo de 15 a 19 anos há menos jovens na condição de 'nem nem' (26,56% em 2015 e 21,41% em 2019). Essa constatação pode ser reflexo dos gradativos avanços obtidos na educação cearense, resultante, entre outros objetivos, da busca pela inserção cada vez maior de crianças e adolescentes na rede de ensino, como pôde ser visto nas seções anteriores, destacando-se o esforço superior em relação aos jovens do ensino médio, associado a identificação de problemas recorrentes nesse nível de ensino.

TABELA 2 - VOLUME E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS QUE NEM ESTUDAM E NEM TRABALHAM ('NEM NEM') NO TOTAL DE JOVENS DE 15 A 29 ANOS DE IDADE, SEGUNDO O GRUPO DE IDADE – RMF – 2015 E 2019

Grupo etário	População total		Não estudam		Não trabalham		'Nem nem'	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
2015								
15 a 19	343.575	33,63	112.878	17,16	262.901	52,73	64.755	26,56
20 a 24	347.120	33,98	263.970	40,13	142.249	28,53	101.559	41,65
25 a 29	330.848	32,39	280.954	42,71	93.422	18,74	77.497	31,79
15 a 29	1.021.543	100	657.802	100	498.572	100	243.811	100
Part. (%) no total da RMF*	-		64,39		48,81		23,87	
2019								
15 a 19	293.013	31,18	78.230	13,72	243.928	50,22	50.492	21,41
20 a 24	334.528	35,60	234.608	41,13	144.372	29,72	101.147	42,89
25 a 29	312.222	33,22	257.508	45,15	97.404	20,05	84.215	35,71
15 a 29	939.763	100	570.346	100	485.704	100	235.854	100
Part. (%) no total da RMF*	-		60,69		51,68		25,10	

*Condições/categorias não são excludentes, em razão disso os percentuais não somam 100%.

Fonte: Microdados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua de 2019.

A divisão por grupo etário é conveniente, pois o volume de jovens que não estuda, não trabalha ou ambos está grandemente relacionado à idade em que estão. Como pode ser visto, nos dois anos em análise, a medida em que aumenta a idade, cresce também o percentual da ausência de estudo e diminui o da falta de trabalho. Em razão disso, a maior participação dos 'nem nem' é observada no grupo de idade intermediário (20 a 24 anos), sendo este o momento de transição entre o mundo da escola e o do trabalho.

5.2 Quem São?

Considerando o perfil demográfico quanto ao sexo dos jovens ‘nem nem’ de 15 a 29 anos (Tabela 3), observa-se que a maioria são mulheres, com participações acima de 60% em 2015 e próximo deste valor em 2019 (58,77%). O resultado encontrado por Camarano et al. (2006) para os anos de 1980 e 2010 mostra que as mulheres também são maioria nessa condição no Brasil, apesar de sua participação ter diminuído. Associando os resultados ao fenômeno de transição para a vida adulta, sugere-se que para as mulheres não há necessariamente uma passagem pelo mercado de trabalho, pois possivelmente saem do domicílio de origem já como cônjuges ou mães, sem ter realizado alguma atividade econômica (CAMARANO et al., 2006). O mesmo resultado é confirmado por outros estudos, como os de Figueiredo e Almeida (2017) e Remy e Vaz (2017), cujos resultados indicam forte influência do gênero no fenômeno dos ‘nem nem’.

TABELA 3 - SEXO DOS JOVENS ‘NEM NEM’, POR GRUPO ETÁRIO – RMF – 2015 E 2019

Sexo	Jovens ‘nem nem’			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
2015				
Masculino	40,44	36,58	24,2	33,67
Feminino	59,56	63,42	75,8	66,33
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2019				
Masculino	43,40	47,65	32,21	41,23
Feminino	56,60	52,35	67,79	58,77
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Microdados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua de 2019.

A respeito da divisão entre os grupos etários, nos dois anos em análise, chama atenção a diferença entre homens e mulheres na evolução dos percentuais. No caso dos homens, idades mais elevadas correspondem a participações menores no total de jovens na condição analisada, possivelmente associadas ao motivo de trabalho, enquanto para as mulheres ocorre o inverso. Ademais, a maior participação feminina é registrada significativamente no grupo etário de 25 a 29 anos (75,80%) em 2015 e, apesar de diminuir em 2019, 67,79% dos ‘nem nem’ ainda são mulheres. Por conseguinte, também se tem aí a menor participação masculina (24,20% em 2015 e 32,21% em 2019). Isto pode estar relacionado a não dar continuidade aos estudos, mas também a dificuldades para conseguir trabalho ou escolhas na vida pessoal. Ademais, a diferença entre homens e mulheres quanto à transição entre adolescência e vida adulta é um fator importante a ser considerado, dado a predominância feminina na condição estudada (CARDOSO, 2013).

Por outro lado, para as mulheres, há os casos em que o abandono da vida escolar e a inatividade econômica se devem a frustrações/dificuldades, como no caso de gravidez na adolescência, correspondente a uma gravidez indesejada entre as mais jovens, que traz a necessidade de cuidar do filho ou, em outros casos, cuidar de irmãos mais novos ou pais idosos. Como destacado por Remy e Vaz (2017, p. 136): “o cuidado com os filhos, ao recair primordialmente sobre as mulheres, penaliza sua escolaridade e inserção no mercado de trabalho, tornando-as mais propensas à condição estudada”.

Outra característica que interfere tanto na vida estudantil quanto na inserção no mercado de trabalho é a raça/cor. Na Tabela 4 é possível visualizar que, independentemente do grupo etário, os jovens ‘nem nem’ são na grande maioria de raça/cor parda, nos dois momentos em estudo. Em segundo lugar tem-se a raça/cor branca. Amarelos e indígenas apresentam participações quase sempre próximas a zero.

TABELA 4 - RAÇA/COR DOS JOVENS ‘NEM NEM’, POR GRUPO ETÁRIO – RMF – 2015 E 2019

Raça/cor	Jovens ‘nem nem’			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
2015				
Branca	25,13	23,7	21,01	23,22
Preta	3,83	4,53	6,85	5,08
Amarela	1,09	0,00	0,00	0,29
Parda	69,4	71,77	72,14	71,26
Indígena	0,55	0,00	0,00	0,15
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2019				
Branca	27,45	24,72	21,46	24,14
Preta	8,05	6,34	9,07	7,68
Amarela	1,03	0,00	1,40	0,72
Parda	61,91	68,58	66,76	66,50
Indígena	1,55	0,36	1,33	0,96
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Microdados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua de 2019.

Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, no Ceará, assim como no Nordeste, se sobressai o número de residentes pardos, o que implica maior percentual de jovens com essa raça/cor na população (IPECE, 2012). A segunda maior participação coube aos autodeclarados brancos, que representam 23,22% dos jovens ‘nem nem’ da RMF. A análise para o grupo etário geral (15 a 29 anos) é representativa em relação aos grupos etários específicos, visto que, em geral, os valores relativos não apresentam grandes variações.

Entretanto, quanto a raça/cor preta, é preciso destacar que, no grupo de idade entre 25 e 29 anos, em 2015 e em 2019, há maior percentual de negros em relação ao de menor idade (15 a 19 e 20 a 24). A diferença, mesmo que pequena, pode ser um indicativo de que a discriminação por raça/cor está mais presente no mercado de trabalho, diminuindo as chances dessa parte da população conseguir emprego. Por outro lado, mesmo após a entrada no mercado de trabalho, a discriminação pode ser constatada através de diferenças salariais, não somente em relação à raça/cor, mas também ao sexo (CACCIAMALI; HIRATA, 2005).

Quanto ao nível de instrução, a Tabela 5 mostra que, em 2015, aproximadamente metade (49,79%) dos jovens ‘nem nem’ tinha, no mínimo, o ensino fundamental completo, percentual que arrefece para 43,30% em 2019, tendo como contrapartida uma maior porcentagem em escolaridades superiores, dado que aqueles escolarizados com ensino médio completo ou

superior incompleto são maioria em 2015 (aproximadamente 47%) e, em 2019, aumentam ainda mais, para 53,35%. Esses resultados, de um lado, apontam para dificuldades em continuar se qualificando e, de outro, de inserção no mercado de trabalho, seja por questões estruturais ou motivos pessoais/subjetivos (baixa autoestima, depressão, desalento etc.), conforme destacam Málaga, Oré e Tavera (2014).

**TABELA 5 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS JOVENS ‘NEM NEM’,
POR GRUPO ETÁRIO – RMF – 2015 E 2019**

Nível de instrução	Jovens ‘nem nem’			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
2015				
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	35,52	25,78	23,29	27,58
Fundamental Completo e Médio Incompleto	24,04	21,95	21,01	22,21
Médio Completo e Superior Incompleto	40,43	48,78	49,77	46,88
Superior Completo	0	3,48	5,93	3,34
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2019				
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	22,50	24,32	20,66	22,63
Fundamental Completo e Médio Incompleto	14,53	24,45	19,82	20,67
Médio Completo e Superior Incompleto	62,98	48,27	53,69	53,35
Superior Completo	0,00	2,96	5,83	3,35
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Microdados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua de 2019.

Com a segunda maior participação, aqueles que não têm instrução ou não terminaram o ensino fundamental correspondem a, aproximadamente, 28% em 2015 e cerca de 23% em 2019. Em seguida, tem-se o percentual de jovens com fundamental completo ou médio incompleto (22,21% e 20,67%, em 2015 e 2019, respectivamente). A menor participação coube aos ‘nem nem’ com superior completo, taxa que praticamente manteve-se inalterada nos anos em estudo (3,34% e 3,35%, respectivamente).

Em geral, foi possível observar que a maior escolarização é verificada no grupo mais velho (25 a 29). Contudo, a falta de emprego para uma maior escolaridade significa um capital humano ocioso. Por outro lado, a menor escolaridade para o grupo etário de 15 a 19 anos pode contribuir para dificultar a inserção no mercado de trabalho, já que indica o encerramento ou abandono dos estudos muito cedo. Assim, as ocupações, quando encontradas por esses jovens, são precárias ou em atividades de curta duração, levando a elevadas taxas de rotatividade e desemprego (MONTEIRO, 2013).

Com relação aos jovens ‘nem nem’ que moram com os pais, os dados da Tabela 6 mostram percentuais expressivos (55,04%) em 2015, arrefecendo para quase 50% em 2019. A respeito da subdivisão entre os grupos etários, observa-se clara relação entre o aumento da idade e a saída da casa dos pais. O elevado percentual de jovens morando com os pais está de acordo com a literatura sobre os ‘nem nem’ e a chamada “geração canguru”, ao destacarem a permanência dos jovens junto da família devido ao conforto proporcionado ou a falta de perspectivas no mercado de trabalho, o que os leva a inatividade econômica, por vezes associada a inatividade escolar (REMY; VAZ, 2017).

**TABELA 6 - JOVENS ‘NEM NEM’ QUE MORAM COM OS PAIS OU NÃO,
POR GRUPO ETÁRIO – RMF – 2015 E 2019**

Mora com os pais	Jovens ‘nem nem’			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
2015				
Mora	72,83	54,38	40,41	55,04
Não mora	27,17	45,62	59,59	44,96
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2019				
Mora	59,79	53,92	38,70	49,74
Não mora	40,21	46,08	61,30	50,26
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Microdados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua de 2019.

A Tabela 7 traz informações sobre o perfil do jovem ‘nem nem’ quanto ao rendimento domiciliar per capita. Na RMF, em 2015 e em 2019, cerca de 60% dessa população possuía rendimento domiciliar per capita abaixo de meio salário mínimo, com maior peso no grupo de idade de 20 a 24 anos, nos dois anos em estudo. Com isso, cerca de 31% residem em domicílio com rendimento entre meio e um salário em 2015, contra 24,91% em 2019. Por outro lado, somente 7,44% tem rendimento entre um e dois salários mínimos em 2015, porcentagem que aumenta para quase 10% em 2019. Com relação as demais categorias de rendimento, os jovens ‘nem nem’ apresentam pequena participação, frequentemente inferiores a 1% em 2015 e 3% em 2019, mostrando ligeira melhora na renda dos seus domicílios na RMF. Como indicado por Garcia et al. (2012), os jovens brasileiros estão em famílias com renda baixa, tendo em vista que 83% apresentam renda domiciliar per capita inferior a dois salários mínimos.

**TABELA 7 - FAIXAS DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA DOS JOVENS
‘NEM NEM’, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, POR GRUPO ETÁRIO – RMF – 2015 E 2019**

Rendimento domiciliar per capita	Jovens ‘nem nem’			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
2015				
Até 1/2 SM	52,51	64,51	58,88	59,52
Mais de 1/2 até 1 SM	39,1	28,32	27,57	30,95
Mais de 1 até 2 SM	7,82	6,09	8,88	7,44
Mais de 2 até 3 SM	0,00	0,36	3,74	1,34
Mais de 3 até 5 SM	0,00	0,72	0,93	0,60
Mais de 5 SM	0,56	0,00	0,00	0,15
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2019				
Até 1/2 SM	54,37	63,31	61,34	60,70
Mais de 1/2 até 1 SM	26,61	26,08	22,48	24,91

Rendimento domiciliar per capita	Jovens ‘nem nem’			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Mais de 1 até 2 SM	14,93	7,66	9,53	9,88
Mais de 2 até 3 SM	1,37	1,90	3,87	2,49
Mais de 3 até 5 SM	1,05	0,76	2,33	1,38
Mais de 5 SM	1,67	0,30	0,46	0,65
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Microdados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua de 2019.

Na seção sobre os programas para obtenção do primeiro emprego para jovens, havia aqueles que usavam o baixo rendimento como um critério para delimitar o público a ser atendido pela iniciativa. Nesse contexto, foi destacado que tais critérios poderiam levar ao atendimento de menos jovens, quando a realidade do desemprego juvenil os atingia de maneira geral. Em relação ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), Weyrich (2007) destacou a necessidade de ações estatais voltadas para toda essa faixa populacional. Entretanto, os dados analisados para os jovens ‘nem nem’ da RMF, tanto em 2015 quanto em 2019, confirmam que a maioria se encontra em famílias com baixo rendimento domiciliar per capita, sendo importante a criação de políticas públicas de estímulo ao emprego e educação, notadamente para os jovens de baixa renda, que são a grande maioria.

5.3 Resultados do modelo econométrico

Com a aplicação do modelo *probit*, foi possível obter informações referentes ao sentido da influência de cada variável na probabilidade de os indivíduos observados estarem na condição de ‘nem nem’. Dentre as variáveis utilizadas nas estatísticas descritivas, aquelas referentes à raça/cor e morar com a mãe não foram significantes, ou seja, os jovens ‘nem nem’ não se diferenciam significativamente em relação aos demais (que estudam e/ou trabalham) quanto a essas características e, por isso, foram retiradas do modelo. As informações estatísticas referentes aos dados utilizados indicaram, como resultado do comando ‘*estat class*’, um percentual de acertos de 79% para 2015 e 77% para 2019. Ademais, o resultado para o sentido da influência mostra que apenas a escolaridade afeta negativamente a probabilidade de ser ‘nem nem’, enquanto ‘Feminino’, ‘Idade’ e ‘Até meio SM’ (ter rendimento domiciliar per capita até meio salário mínimo) tem efeito positivo (Tabela 8).

TABELA 8 - RESULTADOS DO MODELO *PROBIT* – RMF – 2015 E 2019

‘Nem nem’	Coefficiente	Erro padrão	z	P > z
2015				
Feminino	0,5411395	0,0563	9,61	0,00
Idade	0,0459134	0,0067	6,88	0,00
Escolaridade	-0,0616778	0,0097	-6,36	0,00
Até meio SM	0,7405131	0,0582	12,72	0,00
Intercepto	-1,7308880	0,1691	-10,24	0,00

‘Nem nem’	Coeficiente	Erro padrão	z	P > z
2019				
Feminino	0,3365902	0,0681	4,94	0,00
Idade	0,0517430	0,0088	5,85	0,00
Escolaridade	-0,0757182	0,0125	-6,07	0,00
Até meio SM	0,7090537	0,0709	10,01	0,00
Intercepto	-1,3557810	0,2654	-5,11	0,00

Fonte: Resultados do modelo *probit*, a partir dos microdados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua de 2019.

Além do sentido da influência, foi estimado o efeito marginal associado à probabilidade de o evento ‘1’ (ser ‘nem nem’) ocorrer (Tabela 9). As estimativas mostram que, em 2015, ser do sexo feminino aumentava em aproximadamente 15,78% a probabilidade de ser ‘nem nem’, contra 10,54% em 2019, porcentagem que, apesar de arrefecer, mantém a categoria como a segunda maior influência. Para a idade, foi considerado o intervalo de 15 a 29 anos, com isso, cada ano a mais eleva a probabilidade de se estar na condição ‘nem nem’ em, aproximadamente, 1,35% e 1,63%, em 2015 e 2019, respectivamente. O efeito positivo deriva dos maiores percentuais de jovens nessa condição nos dois últimos grupos etários (20 a 24 e 25 a 29).

TABELA 9 - EFEITO MARGINAL DAS VARIÁVEIS – RMF – 2015 E 2019

Variável	dy/dx	Erro padrão	z	P > z	X
2015					
Feminino*	0,1577614	0,0161	9,82	0,00	0,5083
Idade	0,0134957	0,0020	6,87	0,00	21,9408
Escolaridade	-0,0181295	0,0029	-6,36	0,00	9,7098
Até meio SM*	0,2320184	0,0188	12,31	0,00	0,3589
2019					
Feminino*	0,1054195	0,0211	4,99	0,00	0,5153
Idade	0,0163034	0,0028	5,85	0,00	22,1166
Escolaridade	-0,0238576	0,0039	-6,06	0,00	11,0555
Até meio SM*	0,2307133	0,0232	9,94	0,00	0,4026

$y = \text{Pr}(\text{nemnem})$ (predict) = 0,21722603 e 0,24604516, respectivamente.

(*) dy/dx é para a mudança discreta da variável *dummy* de 0 para 1

Fonte: Resultados do modelo *probit*, a partir dos microdados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua de 2019.

Quanto à escolaridade, única variável a apresentar influência negativa sobre o evento analisado, foi observado que, em 2015, cada ano a mais de instrução reduziu a probabilidade de ser classificado como ‘nem nem’ em 1,81%, ‘poder’ de redução que aumenta para 2,38% em 2019, mostrando a importância da educação. Os investimentos realizados no ensino médio e superior no Ceará conduziram, paulatinamente, para a melhora na educação da população jovem de 15 a 29 anos residentes na RMF, bem como para aqueles que estão na situação de ‘nem nem’ (Tabela 5). Assim, fica evidente neste estudo, que é preciso criar mais oportunidades de emprego, que desponta como um dos maiores obstáculos para sair da condição de nem nem na RMF, ratificando o estudo de Pereira e Queiroz (2020) para esse grupo populacional na região Nordeste.

A *dummy* associada ao rendimento familiar, por sua vez, mostrou que possuir rendimento per capita abaixo de meio salário mínimo eleva a probabilidade de o jovem ser ‘nem nem’ em cerca de 23%, tanto em 2015 quanto em 2019, sendo a variável explicativa com maior impacto, reafirmando os resultados destacados nas estatísticas descritivas e permanência desse problema social no período em estudo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o significativo crescimento no contingente de jovens simultaneamente fora da escola e do mercado de trabalho, estudos sobre a geração ‘nem nem’ (nem estuda e nem trabalha) tornaram-se foco de análise na literatura brasileira, constituindo um tema de grande relevância social e, portanto, de interesse de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Diante disso, o objetivo principal deste estudo foi saber quantos são e quem são os jovens ‘nem nem’ residentes na Região Metropolitana de Fortaleza, dada a escassez de estudos sobre eles na maior metrópole do Nordeste e sexta maior do país.

O estudo inicialmente buscou descrever os investimentos realizados em educação no Ceará, dado que a RMF está nesse estado. A revisão da literatura mostrou que programas importantes foram criados para o ensino médio, com destaque para a maior atuação derivada da iniciativa federal. No ensino superior, verifica-se a implantação tardia e o desenvolvimento lento, apesar da interiorização em anos recentes. No período considerado, especificamente a partir de 2007 até o ano de 2022, tem-se continuidade nas políticas voltadas à educação como um todo, configurando-a como uma prioridade do Estado.

Levando em consideração a condição ‘não trabalha’, este estudo descreveu os programas para obtenção do primeiro emprego desenvolvidos pelos governos do Ceará, dada a problemática do desemprego juvenil. Os programas estaduais destinam-se, de modo geral, a adolescentes e jovens desde 14 aos 29 anos, mas cada um com condicionalidades específicas em relação à idade, escolaridade etc. Em geral, tais programas atuam sobre a problemática através da capacitação, qualificação ou profissionalização, constituindo-se em ações educacionais e/ou sociais. O intuito é inserir no mercado de trabalho os jovens atendidos, mas impõe como desafio a contratação em si não depender do governo estadual, que atua indiretamente no incentivo à geração de postos de trabalho destinados aos jovens e na intermediação e/ou estímulo à contratação destes.

Como principal contribuição deste artigo, nos dois anos em estudo, a análise dos resultados sobre os jovens ‘nem nem’ na RMF os caracterizou como maioria do sexo feminino, com predominância da raça/cor parda e branca, com cerca de 50% com ensino médio completo ou superior incompleto, residindo com os pais e com baixo rendimento familiar, se assemelhando ao perfil encontrado, conforme a literatura, em estudos para o Brasil e a região Nordeste.

Ademais, foi utilizado o modelo *probit* para verificar a influência de algumas dessas características sobre a probabilidade de o jovem ser ‘nem nem’ na RMF. Nos dois anos de estudo, as estimativas revelaram como variável de maior impacto o rendimento per capita abaixo de meio salário mínimo, seguido da influência positiva em ser do sexo feminino, bem como reafirmaram a importância da escolaridade na redução de tal probabilidade. Assim, os resultados para a RMF estão em acordo com pesquisas já realizadas sobre a temática, destacando a predominância da participação feminina e especialmente o baixo rendimento domiciliar entre os jovens que não estudam e não trabalham.

Os resultados sugerem que tem se tornado menos comum o abandono dos estudos após concluir o ensino fundamental ou ao longo do ensino médio, com maiores chances

de se completar o ensino básico, principalmente entre os mais jovens (15 a 19 anos). É um aspecto positivo, embora permaneçam barreiras para a continuidade no ensino superior e, principalmente, para ingressar ou manter-se no mercado de trabalho. Como visto, à medida que aumenta a idade, tem-se maior probabilidade de estar na condição de ‘nem nem’, reforçando a relação desta condição com questões do mercado de trabalho. O desemprego normalmente já evidencia o segmento jovem, fator acentuado em momentos economicamente mais difíceis, marcados por crise política e econômica.

Por fim, convém reafirmar a relevância da temática abordada, dado o aumento, em termos relativos, no contingente de ‘nem nem’ na RMF, resultado que reflete um problema estrutural e não individual, dado que envolve o âmbito social, por se tratar das perspectivas futuras dos jovens (notadamente jovens pobres, longe da escola e do trabalho), e o âmbito econômico, devido à importância desse segmento para o desenvolvimento do país, do Ceará e da RMF. Contudo, de maneira equivocada, a mídia e, principalmente, os governos neoliberais colocam o peso/culpa por estar na condição de ‘nem nem’, em uma perspectiva micro/subjetiva, no jovem, e não na falta de investimentos em educação e de oportunidades para o primeiro emprego. Estimula-se o empreendedorismo, em que o sucesso ou o fracasso é individual, ou melhor, diz respeito ao mérito pessoal.

Assim, torna-se importante saber mais a respeito do tema abordado e agir por meio da continuidade e aperfeiçoamento de iniciativas para a melhora na educação, qualificação profissional e geração de empregos, pois se não fossem essas medidas e programas, a situação dos jovens na RMF seria ainda mais preocupante. Com isso, além da contribuição acadêmica, espera-se que os resultados deste estudo auxiliem na focalização de políticas públicas para o combate à evasão escolar e ao desemprego ou, ainda, para a saída da condição de ‘nem nem’.

REFERÊNCIAS

APRECE. Associação dos Municípios do Estado do Ceará. **Mais 7.500 pessoas serão capacitadas pelo Projeto Criando Oportunidades**. Disponível em: <https://aprece.org.br/blog/noticia/mais-7-500-pessoas-serao-capacitadas-pelo-projeto-criando-oportunidades/>. Acesso em: 08 de agosto de 2021.

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A Influência da Raça e do Gênero nas Oportunidades de Obtenção de Renda - Uma Análise da Discriminação em Mercados de Trabalho Distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos** (São Paulo. Impresso), São Paulo, v. 35, n.4, p. 767-795, 2005.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão; ANDRADE, Adriana. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** 1ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2006, v. 1, p. 259-290.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, 2013.

CEARÁ. Secretaria de Educação (SEDUC - CE). Ceará chega a 122 escolas estaduais de educação profissional com inauguração em Alto Santo. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/12/30/ceara-chega-a-122-escolas-estaduais-de-educacao-profissional-com-inauguracao-em-alto-santo/>. Acesso em: 07 de agosto de 2021a.

CEARÁ. Secretaria de Educação (SEDUC - CE). Enem Chego Junto Chego Bem. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2018/01/01/enem-chego-junto-chego-bem/>. Acesso em: 07 de agosto de 2021b.

CEARÁ. Secretaria de Educação (SEDUC - CE). Jovem de Futuro. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 07 de agosto de 2021c.

CEARÁ. Secretaria de Educação (SEDUC - CE). Projeto Rumo à Universidade. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2012/10/18/projeto-rumo-a-universidade/>. Acesso em: 07 de agosto de 2021d.

COELHO, Maria Izolda Cela de Arruda. **Rede de cooperação entre escolas: uma ação no âmbito do programa alfabetização na idade certa - PAIC**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

COSTA, Joana Simões de Melo; ULYSSEA, Gabriel. O fenômeno dos jovens nem-nem. In: **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. 1ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2014, v. 1, p. 115-140.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2009. 220 p.

FIGUEIREDO, A. M. R.; ALMEIDA, J. B. S. A. **População Nem-Nem: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012**. Revista de Estudos Sociais, v. 19, p. 106-129, 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/4942/pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

FONTENELE, Paulo Sérgio. **O Projeto E-Jovem no Estado do Ceará: Perspectivas, Análise e Desafios**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA). **Os intocáveis (V): a saga dos jovens brasileiros excluídos do trabalho e da educação**. FPA Comunica n.11. São Paulo, nov. 2013.

GALVÃO, Thais Leite. **Retrato do desemprego juvenil no Brasil e no Ceará nos anos de 2004 e 2014**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, 2016.

GARCIA, Maria de Fátima; ARAÚJO, Eliane Cristina de; ARAÚJO, Elisângela Luzia; FAUSTINO, Izabel Aparecida. A Condição do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). **Revista ANPEC**, Brasília (DF), v. 13, p. 481-506, set/dez 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD (2015)**. Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>. Acesso em: 23 de maio 2018.

INESP. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará. **Inclusão Social e Formação Profissional da Juventude Cearense: Linhas de Ação, Programas e Projetos**. INESP: Fortaleza - CE, 2008.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Informe nº. 23. **Perfil da raça da população cearense**. Fortaleza - CE, março, 2012.

LIMA, Alessio Costa. Ciclo de avaliação da educação básica do Ceará: principais resultados. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 38-58, set/dez. 2012.

MÁLAGA, Ramiro; ORÉ, Tilsa; TAVERA, José. Jóvenes que no trabajan ni estudian: el caso peruano. *Revista Economía*, 37(74), 95-132, 2014.

MONTEIRO, Joana da Costa Martins. Quem são os Jovens Nem-Nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. In: **Ensaio IBRE de economia brasileira I**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, v. 1, p. 231-248.

OLIVEIRA, M. M. **Modelos de escolha binária**. Faculdade de Economia do Porto, Portugal. 1998. Disponível em: https://www.fep.up.pt/disciplinas/2E103/modelos_de_escolha_binaria.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2018.

PAIC. Programa de Alfabetização na Idade Certa. **MAIS PAIC**: história. Disponível em: <https://paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/historico/historia>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

PEREIRA, Antonia Jaine da Silva; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Geração que nem estuda nem trabalha: Quem são os jovens nem nem residentes no Nordeste? In: XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), v. 1. p. 1-20, 2020, Salvador-BA.

REMY, Maria Alice Pestana de Aguiar; VAZ, Daniela Verzola. Fora da escola e do mercado de trabalho: o jovem “nem-nem” no Estado do Rio de Janeiro. **Revista da ABET**, v. 16, n. 2, Jul./Dez. de 2017.

SHIRASU, Maitê Rimekká; ARRAES, Ronaldo de Albuquerque. Avaliação dos custos econômicos associados aos jovens nem-nem no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 40, nº 1, pp. 161-182, janeiro-março/2020.

SILVA, Joaquim Leitão de Castro e; OLIVEIRA, Lafaete Almeida de. **Juventude, Trabalho e Políticas Públicas**: Um Olhar sobre o Projeto Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará desenvolvido em Fortaleza - CE. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Gestão Pública) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção/CE, 2014.

SILVA, Liduína Elisabeth Angelim Gomes da. **Trabalho e juventude**: uma análise do Projeto Primeiro Passo/CE. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009. 120 p.

SULIANO, Daniele Cirilo. **Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC)**: avaliação das repercussões educacionais e sociais. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

TAHIM, Demetrius Oliveira; SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. **Considerações sobre o Projeto E-Jovem (SEDUC/CE) a partir dos Conceitos de Broadcast e Interatividade**. In: I Simpósio Internacional de Educação a Distância, São Carlos, 2012. Anais do SIED: ENPED, 2012.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **UECE**: Onde estamos. Disponível em: <http://www.uece.br/onde-estamos/>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

UFCA. Universidade Federal do Cariri. **Instituição**: apresentação e história. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/instituicao/apresentacao-e-historia/>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

VIDAL, Maria Ozirene Maia. **As EEEPs no Ceará**: gestão para resultados e formação de professores. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2015) - Universidade Estadual do Ceará, 165 f., 2015.

WEYRICH, Márcio Luiz. **Primeiro emprego: Uma análise comparativa dos programas federal e estaduais**. Monografia (Curso de Especialização em Orçamento Público) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 2007.

Recebido em: 07/08/2020

Aceito para publicação em: 07/10/2021